

CONDUTA E INTENÇÕES DA ITAIPU NA QUESTÃO INDÍGENA DO OCOÍ

ANO	DIRETORIA/ATUAÇÃO	INTENÇÕES	CONSEQUÊNCIAS
1976	JURÍDICA início dos trabalhos de cadastramento na área do reservatório	cadastrar as populações e áreas ocupadas	surgimento de entidades políticas nas questões
1980-1982	JURÍDICA contato e estudos para atendimento das reivindicações da comunidade indígena	reassentar índios em local próximo	envolvimento de entidades pró índio
02/1982	ÍNDIOS Carta Índios/Funai que define área que ocupava (mais ou menos 695 hectares) e rejeita 1ª proposta da Itaipu de 121 hectares em Stª Helena ANEXO -1	reassentar em área de 121 ha (ilha) sem mato	proposta rejeitada pelos índios
03/1982	Carta Índios/Funai rejeitando a área de 121 hectares em Stª Helena e afirmando que ocupavam 1500 hectares ANEXO -2	proposta rejeitada e alegação de que ocupavam 1500 ha	exigir 1500 ha
04/1982	ÍNDIOS Carta à Funai denunciando imigração de índios Paraguai promovida pelo CIMI ANEXO -3	Conter o aumento da população	mistura de grupos diferentes
05/1982	Acordo- definição da área da reserva ANEXO -4	Criar a nova reserva	Acordo com participação de todos
1982/1985	JURÍDICA Implantação de melhorias solicitadas pelos índios e Funai com auxílio da diretoria de Coordenação Presença pessoal do Diretor Jurídico no atendimento das reivindicações dos índios	Atender pedidos dos índios atendimento pessoal do Diretor	Assistência ITAIPU/ÍNDIO Assistência ITAIPU/ÍNDIO
1985	Desentendimento entre grupos de índios com retirada, pela FUNAI, do grupo de índios do OCOÍ (originais), da reserva que lhes foi destinada por escritura	Cisão provocada pelo CIMI	FUNAI retira AVA-GUARANIS de suas terras
1985	ÍNDIOS Grupo de índios que expulsaram os AVA-GUARANIS passam a reivindicar 1500 ha orientadas pelo CIMI ANEXO -5	exigir 1500 hectares	movimentar políticos
1986	COORDENAÇÃO Na ausência da DJ, a DC inicia trabalhos na área indígena	atuar na área indígena	Assistência ITAIPU/ÍNDIO
1986-1987	COORDENAÇÃO Promove e participa de denúncia e vistoria de desmatamento na propriedade dos índios	conter o desmatamento na propriedade dos índios	Ação judicial contra a FUNAI

1987	JURÍDICA Diretor jurídico propõem ampliação da área assistidos por Dra. Mariza e Eng. Muller ANEXO 6	atender reivindicações dos Índios	Assistência ITAIPU/ÍNDIOS - compromisso com área maior
1988-1989	JURÍDICA Elabora estudos e projetos em conjunto com a FUNAI, visando resolver a questão na região da reserva	resolver a questão sem deslocar índios para outras áreas e retorno do grupo expulso	não foi dado sequência
1990	COORDENAÇÃO Assumir a questão indígena por determinação de Diretoria	Passar a questão indígena da Jurídica para a Coordenação	Exclusão da DJ da questão indígena
1990	COORDENAÇÃO Constitui Comissão para tratar do assunto, em especial para compra de 1500 hectares ANEXO 7	adquirir 1500 ha e transferir os índios da faixa de 1500 ha	Itaipu assume compra de 1500 ha
1991	COORDENAÇÃO/DG Emite ofício para FUNAI	posicionar a Itaipu na questão indígena	
1991	COMISSÃO Visita várias áreas em conjunto com os Índios vinculados ao CIMI-deixando de lado o Grupo original dos AVA-GUARANI	Identificar área para transferência dos Índios nativo da Itaipu na compra de 1500 ha	comprometimento definido

26 NOVEMBRO 1991

[Handwritten signature]

QUESTÃO ÍNDIGENA

1 - SITUAÇÃO ATUAL

200 índios residentes no PI-OCUí reivindicam 1.500 ha.

50 % dos índios mudam	-	Grupo 1
50% dos índios não mudam	-	Grupo 2

35 índios AVA-GUARANI estão fora da reserva do PI-OCUí, são proprietários das terras e querem voltar - Grupo 3

2 - POSICIONAMENTO DA ITAIPU (1991)

2.1 - Ofício Diretor Geral/FUNAI - esclarece que a Itaipu já cumpriu suas obrigações, que não tem responsabilidade da divisão dos índios porém, se propõem a ajudar financeiramente a FUNAI.
(Posicionamento contestado pela FUNAI)

2.2 - A Itaipu se compromete na compra de 1.500 ha. através da participação na Comissão Interinstitucional formada em 1990 da qual participam:

FUNAI
ITAIPU
ITCF
CIMI
OAB - Foz

OBS.- A comissão foi constituída para identificar uma área de 1.500 ha., porém não equacionou os problemas e necessidades para a transferência dos índios à Área de reassentamento.
Já foram visitadas, com os índios, 5 áreas.

3- ATUAÇÕES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E ONG (não governamentais)

FUNAI

Vem administrando o PI-OCOI desde 1982 em condições precárias, principalmente por falta de verba e de uma linha de ação bem definida.

BANCO MUNDIAL

Entende que o assunto é de responsabilidade da Itaipu e que vem sendo mal conduzido.
(relatório 1992)

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Sob a orientação do Bispo de Foz do Iguaçu, é a grande responsável pela atual situação, tem interesse em conturbar ao máximo a questão indígena. Não colaborou com a FUNAI nem com a Itaipu. Vem orientando e instigando os índios na questão dos 1.500 ha.

OUTRAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Seguem a linha do CIMI e entendem que a Itaipu é responsável.

RIO 92

Tudo indica que a Itaipu será duramente questionada no assunto indígena, e não há como reverter a situação a curto prazo. (até junho/92)

ELETROBRÁS

Não se envolveu na questão porém, tende seguir a conduta da Eletrobrás que assume integralmente a questão indígena.

4- MODELO ELETRONORTE

Assume integralmente os índios através do CONVÊNIO FUNAI ELETRO-NORTE que fixou as metas do Programa WAIMIRI ATROARI.

Este programa é executado por uma FUNDAÇÃO autônoma, com verbas da Eletronorte. Tem seu quadro pessoal e técnico desvinculado da FUNAI e Eletronorte.

Anexo - Organograma do Programa WAIMIRI ATROARI

5 - OPÇÕES PARA ITAIPU E CONSEQUÊNCIAS

CONSEQUÊNCIAS

5.1 - DEIXAR COMO ESTÁ e tentar justificar que não tem mais responsabilidade

Discussão Judicial
Cobrança da Sociedade do Banco Mundial, FUNAI e órgãos não Governamentais

5.2 - ADQUIRIR DE IMEDIATO OS 1.500 Ha. com finalidade de atender a atual reivindicação da falta de terra

Abre 3 Frentes de atendimento para a FUNAI

- PI-0001
- 1.500 Ha.
- Grupo Original

Não atende os AVA-GUARANÍ (Grupo de 35 índios)

Surgirão novas reivindicações em função do reassentamento.

Abre espaço para imigração de mais índios.

5.3 - FIRMAR CONVÊNIO COM FUNAI ELETROBRÁS com objetivo de equacionar a questão indígena em definitivo.

Fixa as responsabilidades e encaminha o problema indígena para soluções objetivas e definitivas

Envolve outros órgãos evitando alterações de procedimentos nas mudanças de gestões.

5.4 - ASSUMIR A QUESTÃO INDÍGENA Nos moldes da Eletronorte

Infra estrutura inicial onerosa e custo anual de US\$ 1.000/índio ou seja US\$ 250.000/ANO.

Pode criar um questionamento Internacional.

SE O PROGRAMA NO BRASIL DES TOAR DO PARAGUAIO, AS ENTIDADES PRÓ ÍNDIOS E BANCO MUNDIAL PODERÃO FAZER REIVINDICAÇÕES NA QUESTÃO INDÍGENA DA ITAIPU DO LADO PARAGUAIO.

6 - SUGESTÕES

Entendemos que a opção mais recomendável é a (5.3) ou seja CONVÊNIO ITAIPU - FUNAI - ELETROBRÁS

Com os seguintes procedimentos:

- 1 - Elaboração do Convênio que deve fixar metas e responsabilidades.
- 2 - Constituir um grupo de trabalho com participação da

ITAIPU
FUNAI
ELETROBRÁS
LIDERANÇAS INDÍGENAS
ÓRGÃOS TÉCNICOS DO GOVERNO ESTADUAL
ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS
PROCURADORIA DA REPÚBLICA

Com objetivo de: Identificar os problemas
Propor soluções definitivas
Implantar os programas

7 - MEDIDAS TOMADAS

- 7.1 - Contato com Eletrobrás para identificar o posicionamento da mesma na questão indígena da Itaipu.
- 7.2 - Contato com FUNAI para discussão da atual situação e medidas cabíveis na questão.

Foi marcada reunião com a Presidência para o dia 13 de março.

FUNAI elaborará minuta de convênio para análise e discussão..

- 7.3 - Contato com Eletronorte para conhecer e colher subsídios dos procedimentos e programas da mesma na questão indígena no Amazonas.